

# Depois do acordo sobre os juros, a questão agora é o FMI.

O acordo com os bancos credores sobre os juros atrasados e a colisão frontal entre o Brasil e os países industrializados na reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no domingo passado, criaram expectativas contraditórias sobre o futuro das relações do País com a comunidade financeira internacional.

Os otimistas e esperançosos acreditam que o duro protesto brasileiro contra o bloqueio de um empréstimo de US\$ 350 milhões do BID ao País zerou a conta política. E lembram que o acerto com os bancos removeu da cena a questão que envenenou as relações do Brasil com o Grupo dos Sete e desimpidiu o caminho para um acordo sobre o estoque da dívida e a normalização dos laços com os credores privados e oficiais. Sem menosprezar o custo político que o País pagou durante a confrontação dos últimos meses, eles sugerem que a capacidade de resistência política revelada pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, no episódio pode ter convencido o G-7 de que ela não está para cair e é com ela mesmo que terão de lidar.

A agenda das próximas semanas opera a favor da dinâmica do entendimento. Dentro de duas semanas, a ministra da Economia irá a Washington para reunião do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional. Logo depois, deve voltar a Tóquio para uma visita oficial, combinada durante seu encontro com o ministro das Finanças do Japão, Ryutaro Hashimoto, em Nagoya.

Em junho, o presidente Fernando Collor faz uma visita oficial aos Estados Unidos. Nesse meio tempo, o governo prometeu iniciar as primeiras grandes privatizações, no setor siderúrgico, e deve encetar a negociação sobre o estoque da dívida com os bancos. Pode, se quiser, aproveitar a visita

de uma missão regular do FMI ao País, prevista para os próximos dias, para iniciar a revisão do acordo feito no ano passado, que "melou" por causa do problema dos juros atrasados, e dar um sinal positivo antes de Zélia chegar a Washington, para a reunião do Comitê Interino.

Os céticos e pessimistas lembram, contudo, que a questão do empréstimo do BID ainda não foi resolvida e que as technicalidades que ainda faltam acertar podem levar os Estados Unidos a votar contra o crédito de US\$ 350 milhões, para o programa de saneamento, quando ele for posto em votação, no próximo dia 24. A oposição americana não seria suficiente para impedir a aprovação do crédito, mas pode ser o bastante para reenvenenar o ambiente. Os que pensam assim temem que o tom do discurso de Zélia no BID, os conselhos que ela deu a Washington sobre política fiscal e as farpas que trocou com o subsecretário do Tesouro, David Mulford, à mesa do jantar, terão um preço. Eles lembram, também, o ressentimento que a ação do G-7 causou em Brasília.

O que acontecerá daqui para a frente dependerá, em larga medida, da disposição com que o governo conversar com o FMI. Por esse critério, os céticos levam, no momento, um corpo de vantagem. Depois de seu encontro com Hashimoto, de quem ouviu uma manifestação clara do desejo do Japão de ver o Brasil e o FMI de acordo, Zélia afirmou aos jornalistas que vai demorar muito, ela não sabe quanto tempo, para o Brasil chegar a tal entendimento. Ela explicou que os níveis de inflação dos países industrializados são inexequíveis no Brasil e quer ter uma discussão exaustiva com o Fundo sobre a inflação brasileira.

**Paulo Sotero, de Tóquio.**